

Dos Autos da Cova Rasa: uma etnografia da ausência



Resenha: MESQUITA FERREIRA, Leticia Carvalho de. *Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.

Ingrid Possari Cia¹

A obra *Dos Autos da Cova Rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960*, originalmente elaborada como dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional em 2007, conduz o(a) leitor(a) às trajetórias burocráticas do processo de identificação de corpos *não-identificados*. Entre fichas e registros do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, a autora Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira apresenta o processo forense de identificar corpos a partir de uma lógica classificatória que se baseia em diferenças e desigualdades imputadas aos corpos ao operacionalizar a categoria do *não-identificado*.

O prefácio escrito por Adriana Vianna, orientadora de mestrado e doutorado de Ferreira, salienta a impressão de tratar-se no decorrer do livro de uma etnografia da ausência. Ausência essa que retrata a invisibilidade de pessoas que morreram em anonimato, corpos registrados numa existência imprecisa, solitária e destituída de laços sociais reconhecidos, vulgarmente chamados de indigentes. A construção argumentativa feita por Ferreira acerca dos *não-identificados* é de que não se trata de *qualquer* corpo sem identidade, mas de *alguns* corpos, vítimas ou suspeitas de mortes violentas e, por isso, destinadas ao IML-RJ, encontrados na “via pública”, na “linha férrea”, em hospitais ou lixeiras. A marca

¹ Mestranda no PPGCS/EFLCH – UNIFESP. E-mail: ingrid.possari@gmail.com

da desimportância não estaria restrita aos papéis, gavetas e fichários do arquivo analisados pela autora, “mas estende-se aos corpos a que cada documento arquivado se refere” (p. 154).

Apesar do que se sugere pelo termo *não-identificado*, a investigação de Ferreira evidencia que não existem corpos essencialmente desprovidos de identidade, já que a classificação dos *não-identificados* resulta na atribuição de múltiplos nomes genéricos. “Um homem desconhecido”, “uma mulher”, “um feto” são termos que exprimem a ausência de nome próprio. Ao sujeitar os corpos *não-identificados* a termos genéricos no ato de nomeação, “lhes dá existência e realidade como tais” (p. 7). Não pelos próprios termos genéricos em si, mas pelas circunstâncias e agentes investidos de autoridade que atribuem nomes genéricos aos corpos.

O primeiro capítulo do livro, *Identificando os não-identificados*, se dedica a situar a classificação dos *não-identificados* entre as práticas de identificação e dá início à questão sobre como, além do contexto brasileiro, os documentos são capazes de institucionalizar técnicas de controle que correspondem a um exercício específico de poder do Estado-nacional sobre seus cidadãos. Mariza Peirano (2006) demonstra que a dinâmica dos documentos como signos, a conexão entre o objeto individual e a “memória da pessoa de quem ele é signo” (p. 47), identifica seu portador para uma certa finalidade. A carteira de identidade, por exemplo, é composta por um conjunto de elementos como nome, filiação, foto e assinatura que “individualizam uma pessoa por meio de um número” (Ibidem). Enquanto por um lado o documento condiz com um conjunto “legal e jurídico” (Ibidem) que é compartilhado por uma coletividade, por outro ele cria o indivíduo ao descrevê-lo, o torna único e singular, e deve corresponder a apenas um indivíduo. Ferreira (2009) nos mostra como a classificação e nomeação de pessoas, lugares e propriedades são parte fundamental do processo de formação do Estado-nacional moderno e de seus sujeitos, no qual os sistemas de identificação tornam os indivíduos legíveis e controláveis pela administração pública. Tal processo estaria relacionado a uma dinâmica de produção de sujeitos não somente pelas técnicas de identificação enquanto únicas, mas também como parte de uma totalidade que os torna “passíveis de contagem”.

Dentre as práticas de identificação – documentos, sistemas de sobrenome e mapeamento de territórios – a datiloscopia é singular porque permite compreender “a articulação entre efeitos individualizantes e regulamentadores de mecanismos de controle

governamentalizados” (p. 33). Firmadas como um saber e uma técnica policiais, como salienta Sérgio Carrara (1984), inicialmente as práticas da identificação estiveram atreladas a finalidades criminológicas na busca de um “sinal natural” que determinasse a individualidade do criminoso. É com a descoberta da originalidade das impressões digitais pelo método Vucetich (datiloscopia) que se permite não só a superação dos métodos vistos como limitados na busca pela identificação de criminosos reincidentes, mas também um vasto registro de datilogramas individuais capaz de identificar todos os membros, conferindo uma realidade legível e passível de controle do “caos” na sociedade.

Nesse sentido, a figura do *homem desconhecido* representaria uma ameaça social por não se inscrever na realidade, e demanda um olhar escrutinador para “buscá-lo, conhecê-lo e controlá-lo” (p. 39), sendo ele representado e situado por terceiros. Logo, a morte do *homem desconhecido* é marcada pela carência de laços sociais manifestos e pela ausência dos rituais fúnebres, em que não há pessoas próximas para reverenciá-lo, velá-lo, enterrá-lo, evidenciando sua situação de desamparo e abandono. Em razão disso, quando morto, a trajetória percorrida pelo *homem desconhecido* exige que repartições investidas de autoridade e saberes técnicos administrativos particulares assumam oficialmente a função de “retirá-lo da “via pública”, encerrá-lo numa instituição, examiná-lo, enterrá-lo e registrar seu óbito” (p. 42). Revela-se, portanto, como o corpo que deve rapidamente “sair de cena” (p. 43), deslocado às pressas da vista da vida social a fim de prezar pela autoimagem da moderna civilização.

A partir dessas reflexões e dos documentos pesquisados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, Ferreira nos apresenta como se constitui o processo formal e padronizado das identificações, em que as fichas analisadas expressam uma lógica comum e identificam certos cadáveres, “dando vida” a esses corpos como *não-identificados*. Michel Foucault (1987), na genealogia do método clínico, nos mostra como Bichat viabilizou um olhar objetivo sobre os cadáveres abertos a serem dissecados, que identifica patologias através da manipulação de seus corpos. O reordenamento do saber médico encontrou na morte as verdades sobre a vida e a doença. “Vivificar” cadáveres no IML, identificá-los como *não-identificados*, garantiria não só o controle sobre *homens desconhecidos*, mas confere legibilidade a esse saber específico: se não se eliminam os perigos de suas existências desconhecidas, pelo menos elas estariam guardadas e registradas em arquivo.

No segundo capítulo, *Os vários nomes do anonimato*, a autora apresenta a lógica classificatória que emerge da organização burocrática relativa aos corpos *não-identificados*. Ao introduzir a *ficha* de “Um homem”, qualificada como reveladora, Ferreira nos conduz a um passo-a-passo da trajetória a que são submetidos os *não-identificados*. Tal caminho se inicia pela guia de remoção, no caso de “Um homem”, retirado do Rio Pavuna e encaminhado ao Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, a qual registra o local, a data e o horário de remoção do corpo.

Entre solicitações de registro de óbito, o auto de exame cadavérico, a individual datiloscópica até a solicitação do diretor do IML-RJ pela classificação de “Um homem” como indigente, a autora verificou que a guia de remoção teve mais importância quando comparada a outros documentos produzidos, funcionando como matriz de sua identificação. Isso se deve ao fato de que os registros contidos na guia, apareceram “repetidamente transcritos e citados em todos os outros documentos de sua ficha” (p. 57). Ainda que o auto de exame cadavérico e a individual datiloscópica devessem registrar os dados obtidos através dos procedimentos realizados no cadáver, no próprio IML, as informações presentes no documento de remoção, assinado geralmente por um comissário de polícia ou por um porteiro de hospital, foram reproduzidas em ambos.

Sob a luz da ficha de “Um homem”, Ferreira traça as dez características gerais da identificação dos corpos na organização burocrática. Resumidamente, são elas:

(1) A nomeação genérica dos cadáveres, podendo ser encontrado mais de um nome genérico em cada ficha;

(2) Combinações de documentos presentes nas fichas que não buscam exatamente a individualização dos cadáveres. Eles são parcialmente singularizados para que sua localização seja possível no arquivo do IML-RJ;

(3) Constantes repetições dos mesmos dados sobre cada corpo e cada morte, nos diversos documentos de cada ficha. Os dados são transcritos de um documento a outro, sendo o conteúdo da guia de remoção o documento mais transcrito;

(4) A presença frequente de dados soltos em alguns documentos arquivados. As informações avulsas encontradas nas fichas inviabilizavam questionamentos quanto à classificação destes corpos *não-identificados*;

(5) As fichas mostraram um empenho econômico de esforços da parte dos funcionários. Ao compará-las, Ferreira notou que alguns processos de identificação

poderiam resultar no reconhecimento de alguns corpos, mas “muitas trajetórias eram arbitrariamente interrompidas” (p. 61);

(6) Junto à economia de esforços, encontra-se a inadequação e o descuido em relação aos documentos. Documentos rasgados, incompletos, rabiscados e folhas improvisadas foram encontrados com certa frequência;

(7) Contudo, a produção de documentos “servia à exibição de um suposto controle e cuidado totais de corpos e territórios pelos agentes envolvidos” (p. 63). A remoção de corpos de vias públicas, além de marcar o início de suas trajetórias como *não-identificados*, também registrava e exibia pelos documentos produzidos uma minuciosa “atuação de profissionais diante de corpos e territórios variados” (p. 63) através de seus nomes, carimbos e assinaturas;

(8) Colocar as fichas em conjunto revelaram que o ato de remoção tinha um valor em si mesmo, na medida que o encaminhamento e registro de alguns cadáveres exercia, sobretudo, a função de retirá-los de onde foram encontrados;

(9) As fichas têm importâncias desiguais. Assim como alguns documentos notadamente tinham uma importância maior do que outros, as funções e os registros de alguns agentes também articularam posições diferenciadas;

(10) O último aspecto a ser destacado refere-se ao lugar atribuído ao termo “indigente” que, entre 1942 e 1960, não era um nome genérico dentre os diversos atribuídos a esses corpos. O termo foi verificado apenas nas margens dos documentos, tomados como nota ou carimbo com a palavra “indigente”, mas nunca nos campos onde deveria constar o nome dos corpos.

Diante da complexidade da lógica classificatória, as regularidades encontradas no conjunto de *fichas* certificam a existência de um modo de fazer específico, de registrar, de classificar. Uma forma particular de lidar com um conjunto de corpos. Em contrapartida, visando entender o que unia as combinações dos prontuários individuais, Ferreira notou incoerências que se justapunham às regularidades. Nas palavras da autora, a amostra teria se apresentado “como um conjunto documental sepultado em uma vala comum de papéis, a exemplo dos corpos a que se referia” (p. 88).

O terceiro e último capítulo, *O saber de uns, a morte de outros*, desdobra-se a partir da reunião das fichas em cinco grupos distintos, denominados pela autora como Corpos Liminares, Corpos Recusados, Corpos Conhecidos, Corpos Identificados e Corpos

Indigentes, como uma maneira de refletir sobre as especificidades da concepção da morte que envolvia as classificações dos *não-identificados*.

Nas fichas dos Corpos Liminares, sob títulos como “Feto”, “Um Feto”, “Um Feto ou recém-nascido”, a concepção de morte perante esses corpos é distinta porque implica em afirmar que a morte antecederia ao nascimento. Estes corpos têm suas idades determinadas por contagem de meses como “vida intrauterina”, “de gestação” ou “natimorto” e, uma vez no IML-RJ, foram situados através de suas fichas “em um patamar mínimo de pessoalidade e mesmo de vida, razão pela qual os profissionais envolvidos em sua classificação sequer afirmaram que tivessem morrido” (p. 95)

Os Corpos Recusados referem-se ao grupo que mais evidencia que os corpos destinados aos Institutos Médico-Legais eram de apenas *alguns* cadáveres. As fichas dos Corpos Recusados mostram que são cadáveres que não sofreram morte violenta ou suspeita, por isso deveriam ser encaminhados ao Serviço de Verificação de Óbitos da Faculdade Nacional de Medicina e não permanecer no IML. Mas é importante destacar que os destinos e registros dos Corpos Recusados se definem conforme os documentos e exames são produzidos. Diferentemente dos demais grupos, este não terminaria na vala comum do Cemitério São Francisco Xavier.

Quanto aos Corpos Conhecidos, são os corpos sobre os quais se sabe algo, mas são registrados com amplo desconhecimento, razão pela qual são classificados como *não-identificados*. As fichas que se encontram nesse grupo têm informações soltas registradas, tal como “brasileiro”, “doméstica”, “solteira”, bem como dados que emergem de um “saber das ruas”. Mas as informações do que se sabe sobre esses corpos acabam sendo sobrepostas pelo que se desconhece deles, de modo que saber alguma coisa de um corpo não implicaria na procura por mais informações que possibilitasse seu reconhecimento.

Semelhante ao grupo anterior, os Corpos Identificados são caracterizados pela sobreposição do que se desconhece sobre alguns cadáveres e conseqüente diluição dos dados que já se conhecem sobre eles. O que, de fato, distingue os dois grupos encontra-se no registro dos Corpos Identificados “que retiraria qualquer corpo da categoria de *não-identificado*: o nome próprio” (p. 123). O nome próprio não se torna conhecido pelo “saber das ruas” nesse caso, e sim pelos procedimentos do exame datiloscópico ou reconhecimento por terceiros, realizados no IML. Apesar daquilo que o registro do nome próprio possa suscitar, como no encerramento do processo, desde a remoção do local o

cadáver, ele já estaria enquadrado na categoria *não-identificado*. Nem mesmo o reconhecimento e registro posterior do nome próprio do corpo seria capaz de suspender tal processo.

Por fim, às fichas dos Corpos Indigentes não são atribuídos nomes que não sejam os genéricos. O que o grupo dos Corpos Indigentes têm em comum com os outros anteriormente citados é sua classificação como *não-identificado*. Um dos exemplos discorridos pela autora trata de uma ficha específica de Corpo Indigente, a qual informava a morte de um homem na Linha Auxiliar da Estrada de Ferro e o posterior registro nos documentos como “Um desconhecido”. Dentre eles, o auto de exame cadavérico em cujo canto superior da folha de rosto lia-se “entrou em estatística”, em letras maiúsculas. A ficha marca como certos exercícios de autoridade e poder se constituem através do registro e armazenamento de dados sobre os indivíduos. São exercícios correspondentes às práticas dos processos de formação de Estado e, simultaneamente, de construção de populações e sujeitos. O registro da morte de “Um desconhecido” classificou-o “não só como um corpo *não-identificado*, mas como um corpo *não-identificado* singular, parte de uma população que o englobava” (p. 138), portanto, situando-o na população da República Federativa do Brasil.

Essa etnografia da ausência, tal como descreve Adriana Vianna, compreendeu um esforço analítico de Ferreira sobre o material de arquivo do Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, no qual o desafio da pesquisa não consistiu apenas em compreender o processo da produção de documentos, mas como essa “papelada” constitui parte da *identificação* dos corpos dos *não-identificados*. E por se tratar de parte constitutiva do processo que a autora analisa, “é encarado tanto como instrumento, quanto como objeto de pesquisa” (p. 18).

À luz dessas reflexões, finalmente, Ferreira abre suas considerações finais com a pergunta: a quem serve a vala comum? A característica latente que se apresenta da classificação geral dos *não-identificados* trata de indivíduos que não eram conhecidos ou conhecíveis, com chances remotas de serem procurados por alguém. Isso fica mais claro quando Ferreira esmiúça que todos os *não-identificados* eram Corpos Indigentes, marcados fatalmente pelo “desvalor, a desimportância e todo um conjunto de ausências e carências compreendido pelo senso comum em torno da figura do indigente” (p. 146). A análise das fichas permitiu visualizar certos elementos que situam essas pessoas em um lugar social de marginalidade, evidenciado, por exemplo, pela ausência de velórios a esses corpos. “Enfim, o *não-identificado* não era só um *cadáver a ser aberto*, mas também era um corpo constitutivo da

nossa população (...). Era um de nossos anônimos designados por nomes diversos, sujeito a procedimentos variados e finalmente enterrado ao lado de seus iguais” (p. 154).

Referências

CARRARA, Sérgio. *A “Ciência e Doutrina da Identificação no Brasil” ou do Controle do Eu no Templo da Técnica. Boletim do Museu Nacional*, n. 50:1-26, 1984.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1980.

PEIRANO, Mariza. "This horrible time of papers". Documents and national values (em inglês e português). *Série Antropologia* 312. Brasília, UnB, 2002.